

LOBO, Manuel

* dep. fed. SP 1903-1923.

José Manuel Lobo nasceu em Itu (SP) no dia 1º de outubro de 1864, filho do maestro Elias Álvares Lobo e de Elisa Eufrosina da Costa Lobo. Seu pai foi um dos participantes da Convenção Republicana de Itu, em 1873, juntamente com seus tios Francisco e José Lobo. Seu irmão Antônio Álvares Lobo foi deputado estadual e presidente da Câmara estadual de São Paulo entre 1915 e 1927.

Fez seus primeiros estudos no Colégio São Luís, em Itu, e no Colégio Culto à Ciência, em Campinas. Após fazer o curso de humanidades no Seminário Episcopal de São Paulo, matriculou-se em 1882 na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em ciências jurídicas e sociais em 1886. Foi então para Campinas, e aí trabalhou como advogado no escritório de Francisco da Costa Carvalho, e em seguida no de Francisco Glicério, onde seu irmão Antônio já trabalhava. Através de Francisco Glicério, notório defensor da causa republicana, travou contato com Manuel Ferraz de Campos Sales, seu irmão João Alberto Sales, Francisco Quirino dos Santos, Rangel Pestana, Hipólito da Silva, Bernardino de Campos e Carlos Ferreira, diretor da *Gazeta de Campinas*, da qual seria um dos redatores, defendendo a República e a abolição da escravidão.

Em 1895 passou a colaborar no jornal *Cidade de Campinas*, quando este era dirigido por Alberto Faria e João Barroso Pereira. Em 31 de dezembro de 1896, em companhia de seu irmão Antônio, assumiu a chefia de redação do jornal. Quando da cisão de Francisco Glicério com Prudente de Moraes, em 1897, defendeu o primeiro. Em 1900 foi nomeado delegado de polícia, cargo que exerceu até 1902, quando ficou gravemente doente. Como delegado restabeleceu a ordem pública, perturbada pelo movimento sedicioso de Ribeirãozinho (hoje Taquaritinga) e Espírito Santo do Pinhal, que, destituindo as autoridades locais, restabeleceu a monarquia.

Em fins de 1902, seu nome foi lembrado pelo presidente de São Paulo Bernardino de Campos e por Francisco Glicério, e incluído na chapa dos candidatos a deputado federal pelo 2º Distrito eleitoral do estado. Eleito em 18 de fevereiro de 1903, seguiu para o Rio de Janeiro e assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados em 3 de maio, no início da legislatura 1903-1905. Em sociedade com Francisco Glicério, abriu um escritório de

advocacia, dividindo seu tempo na capital federal entre as funções de advogado e de deputado. Renovou o mandato nas eleições seguintes, permanecendo na Câmara até 1923. Ao longo desse período, presidiu a Comissão de Contas da Câmara dos Deputados por 12 anos, e em 1919 fez parte da Comissão Especial de Legislação Social, na qual se dedicou a vários assuntos de interesse da coletividade. Foi também presidente da Comissão de Legislação e Previdência Social, na qual foram tratados temas como: higiene e segurança do trabalho; trabalho de mulheres e crianças; a indústria nas fábricas e a domicílio; defesa das mulheres e crianças contra o saturnismo; prevenção do carbúnculo; associações de classe; desemprego e limitação do trabalho. Colaborou eficientemente na revisão da lei sobre acidentes do trabalho, complementando-a e ampliando-a, além de participar da revisão da lei de aposentadoria dos ferroviários. Em 1923, foi procurado por seus pares na Câmara para participar de uma Comissão Especial de Assuntos Sociais, da qual foi eleito presidente. Um dos temas tratados foi o problema do abastecimento e das habitações populares nos grandes centros urbanos. A comissão apresentou diversas propostas, que chegaram a ser encaminhadas para deliberação do Senado Federal.

Na eleição realizada em 17 de fevereiro de 1924, foi novamente eleito deputado federal, mas não chegou a tomar posse, por ter sido convidado pelo presidente do estado de São Paulo Carlos de Campos para a Secretaria dos Negócios do Interior. Assumiu suas novas funções em 1º de maio, dois meses antes da revolta que irrompeu na capital paulista na manhã de 5 de julho, encabeçada pelo general Isidoro Dias Lopes, e permaneceu ao lado de Carlos de Campos durante o movimento. Como secretário do Interior, após a fuga dos revolucionários na noite de 27 para 28 de julho, nomeou uma comissão, presidida por dom Duarte Leopoldo, arcebispo de São Paulo, que distribuiu entre população paulistana os socorros destinados às vítimas do conflito.

Quando, em 22 de abril de 1927, Carlos de Campos sofreu um derrame cerebral, vindo a falecer cinco dias depois, coube-lhe comunicar o acontecimento às autoridades do estado e do país, inclusive o presidente da República Washington Luís. Informado do fato em sua cidade de Itapetininga, o vice-presidente coronel Fernando Prestes de Albuquerque, alegando motivos de saúde, recusou-se a assumir o governo, passando a incumbência ao substituto constitucional, o presidente do Senado estadual, Antônio Dino da Costa Bueno. Pouco dias depois, em 6 de maio de 1927, Manuel Lobo deixou o governo, substituído por

João Galeão Carvalho Filho, e passou a dedicar-se à advocacia.

Faleceu em São Paulo em 23 de agosto de 1930.

Casado com Alice César Lobo, teve dois filhos.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; Correio Paulistano* (1/5/1924, 4/8/1930); *Folha da Manhã* (24/8/1930).